

http://cidadebiz.oi.com.br/paginas/45001_46000/45862-1.html

Site Cidade Biz – 21/10/2008

União deverá gastar R\$ 1,1 bilhão com energia elétrica em 2008

Para especialista, controle do setor público é bem menor que o visto entre as famílias brasileiras

Redação

Os gastos com energia elétrica dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário já chegam a R\$ 738 milhões em 2008. A quantia é 30% maior que o orçamento gasto, por exemplo, no Ministério da Cultura neste ano. E apesar do "apagão" energético de 2001, o gasto tem sido exponencial entre os órgãos da União. De 2002 a 2007, as despesas aumentaram 72%, em valores atualizados.

Se considerado ainda o aumento do consumo nas festividades natalinas, apesar da mudança para o horário de verão, a administração pública deve ultrapassar R\$ 1,1 bilhão em gastos com energia elétrica ao final de 2008, assim como ocorreu no ano passado.

De acordo com **Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil**, a sociedade, sobretudo os pequenos consumidores e empresários, aprendeu a usar a energia. **Sales** explica que o corte forçado da energia, no início da década, foi suficiente para conscientizar os consumidores.

"Com o racionamento de 20% na demanda de energia elétrica em 2001, esperava-se que ao fim dos meses de corte os gastos voltassem imediatamente ao patamar de antes. No entanto, verifica-se que isso aconteceu somente quatro anos depois", afirma.

No entanto, o mesmo não se pode afirmar sobre a consciência no setor público. "É um estímulo natural da família e do setor privado economizar na energia elétrica, mas é compreensível observar, também, que o setor público é menos sensível à conta de energia, já que o controle é feito com menor afinco", avalia **Claudio Sales**.

Ele lembra ainda que o principal problema que envolve o setor público e a energia elétrica é a inadimplência. "Quando o órgão deixa de pagar sua conta de energia, as concessionárias repassam o prejuízo nas tarifas de outros setores", alerta.

No topo da lista dos órgãos que mais consomem energia elétrica está o Ministério da Educação, com R\$ 162,3 milhões. Os gastos do ministério correspondem à estrutura composta por 130 unidades, como os 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), as 37 escolas agrotécnicas e as 53 universidades federais de todo o país.

Em segundo lugar está a conta do Ministério da Defesa, com R\$ 159,8 milhões. O ministério arca com o consumo dos três comandos militares, da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. No total, o valor apontado refere-se à quase 700 unidades que integram o MD. De acordo com a assessoria, o órgão mantém em funcionamento uma política de racionalização de energia elétrica adotada a partir de 2001, que inclui análise e registro permanentes do consumo, revisão de contratos, além de outras medidas.

Entre os que gastam menos, estão os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com R\$ 79,8 mil, e o do Turismo, com R\$ 170,6 mil pagos esse ano. O MDS justifica que a estrutura do ministério, considerada pequena em relação aos demais órgãos superiores (seis secretarias mais o gabinete do ministro, num total de 1.300 funcionários), colabora para o baixo gasto de energia. De qualquer modo, a

assessoria explica que alertas sobre lâmpadas e computadores ligados desnecessariamente são constantemente postos à vista dos funcionários.

Horário de verão - Com a implantação do horário de verão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) estima que a redução na demanda de energia elétrica nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, por exemplo, será equivalente a 65% da carga no horário de pico da cidade do Rio de Janeiro, ou duas vezes a carga no mesmo horário em Brasília.

O benefício mais esperado é a redução da demanda na carga elétrica no horário de pico. Conseqüentemente, segundo informa o ONS, reduz-se também a necessidade de geração térmica nacional e elimina-se a possibilidade de cortes de carga em ocorrência de contingências no sistema.

Embora numericamente menor que a de demanda, a redução de energia acarreta ganhos de recursos energéticos no Sistema Interligado Nacional, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. O ONS estima que o horário de verão deste ano propicie a economia da ordem de R\$ 30 milhões na geração de energia das usinas termoeletricas.